



Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001

Autora: *Sofia Leite*

- Técnica Superior de Estatística no Departamento de Estatísticas Censitárias e População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

Resumo:

Nas últimas décadas, as práticas e as representações da família, em Portugal, conheceram profundas alterações. Este artigo pretende caracterizar de forma breve os principais traços e alterações da família em Portugal, a partir de um conjunto de indicadores socio-demográficos, tendo por base as fontes estatísticas oficiais, nomeadamente os resultados definitivos dos Censos 1991 e 2001.

Palavras chave:

Famílias clássicas, famílias institucionais, núcleos familiares, tipos de família

Abstract:

Over the past decades, family practices and perceptions have undergone profound change in Portugal. The aim of this article is to briefly describe the main traits and changes in the family in Portugal, from a set of socio-demographic indicators, based on official statistical sources, namely the final results of the 1991 and 2001 Censuses.

Key-words:

Private household, institutional household, family nucleus, type of family nucleus and household

Families in Portugal: a brief socio-demographic analysis based on the 1991 and 2001 Censuses

Nas últimas décadas, as práticas e as representações da família, em Portugal, conheceram profundas alterações. Enquanto em outros países essas mudanças ocorreram de forma gradual, durante os últimos cinquenta ou sessenta anos, em Portugal, decorreram em curto espaço de tempo e de forma acelerada, particularmente nos últimos trinta anos, e em consequência de uma ruptura institucional.

Os indicadores demográficos nacionais revelam, ao nível dos comportamentos, o decréscimo acentuado das taxas de fecundidade, com a consequente diminuição do número de filhos por casal e da dimensão média das famílias; o adiamento da idade ao nascimento do primeiro filho; o aumento das pessoas a viverem sós, das famílias monoparentais, dos casais sem filhos, dos núcleos reconstituídos e das famílias com idosos e só de idosos; a queda moderada das taxas de nupcialidade, com alterações na forma de celebração do casamento, nomeadamente pelo aumento do casamento civil em detrimento do religioso; o avanço da idade média do homem e da mulher ao primeiro casamento; a acentuada subida dos valores do divórcio, o aumento significativo dos nascimentos fora do casamento e o aumento das uniões de facto; entre outros indicadores.

Podemos, ainda, salientar que a diversidade das práticas familiares e conjugais em Portugal é marcante, apresentando variações consoante as regiões ou os grupos sociais em que ocorrem os comportamentos. Estas reflectem sobretudo “marcas de conservadorismo e tradicionalismo” (Almeida, 2002; Torres, 2001), combinando comportamentos “mais modernos”, com traços caracterizadores do passado.

Este artigo pretende caracterizar de forma breve os principais traços e alterações da família em Portugal, a partir de um conjunto de indicadores socio-demográficos, tendo por base as fontes estatísticas oficiais, nomeadamente os resultados definitivos dos *Censos 1991 e 2001*.

Famílias clássicas

Segundo os *Censos 2001*, 99,9% das famílias portuguesas são famílias clássicas, ou seja, englobam indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, ocupando a totalidade ou parte do alojamento, incluindo a pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. O restante 0,1% diz respeito às famílias institucionais.

As famílias clássicas distribuem-se de forma heterogénea pelo território nacional: as maiores proporções localizam-se nas regiões Norte (33,2%) e Lisboa e Vale do Tejo (35,7%), regiões onde se localizam igualmente os maiores níveis de população residente, e os valores mais baixos encontram-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (2,0%, para ambas), coincidindo com níveis populacionais também mais baixos.

Quadro 1

População residente, famílias clássicas e núcleos familiares, Portugal e NUTS II, 2001

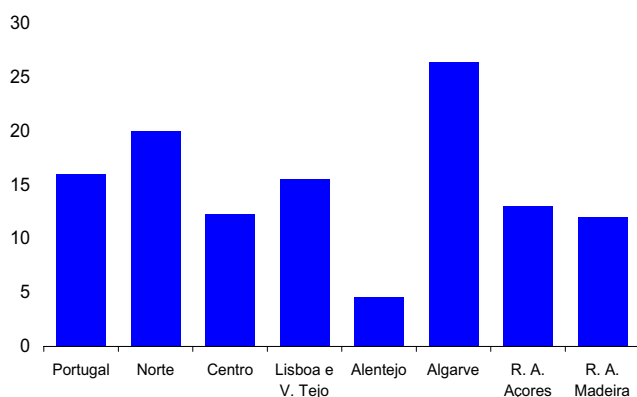
NUTS	População residente		Famílias Clássicas		Dimensão Média das Famílias Clássicas	Núcleos familiares		Dimensão Média dos Núcleos Familiares
	nº	%	nº	%	pessoas	nº	%	pessoas
Portugal	10 356 117		3 650 757		2,8	3 069 745		3,0
Norte	3 687 293	35,6	1 210 631	33,2	3,0	1 081 892	35,2	3,1
Centro	1 782 178	17,2	640 724	17,6	2,7	536 778	17,5	2,9
Lisboa e Vale do Tejo	3 468 901	33,5	1 302 442	35,7	2,6	1 037 851	33,8	2,9
Alentejo	535 753	5,2	202 257	5,5	2,6	162 510	5,3	2,9
Algarve	395 218	3,8	149 238	4,1	2,6	119 266	3,9	2,9
R.Autónoma dos Açores	241 763	2,3	71 846	2,0	3,3	65 037	2,1	3,3
R.Autónoma da Madeira	245 011	2,4	73 619	2,0	3,3	66 411	2,2	3,3

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Face a 1991, as famílias clássicas aumentam quer em termos totais (16,0%), quer em todas as regiões do País. O maior aumento regista-se, no entanto, no Algarve (26,4%), e o menor acréscimo no Alentejo (4,5%).

Figura 1

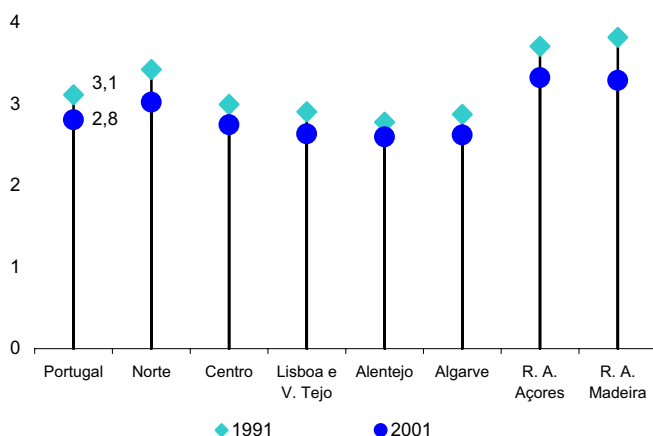
Taxas de variação (%) das famílias clássicas residentes, Portugal e NUTS II, 1991-2001



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População (Censos 1991 e 2001)

Figura 2

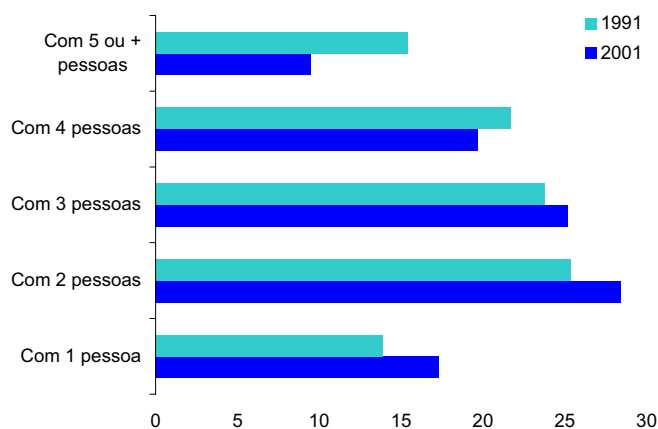
Dimensão média das famílias clássicas residentes, Portugal e NUTS II, 1991 e 2001



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População (Censos 1991 e 2001)

Figura 3

Distribuição percentual das famílias clássicas segundo a sua dimensão, Portugal, 1991 e 2001



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População (Censos 1991 e 2001)

A família em Portugal, assim como na maioria dos países ocidentais, tende a ver reduzida a sua dimensão. Esta situação pode ser confirmada através da dimensão média da família, ou seja, da relação entre o número de pessoas nas famílias e o total das famílias clássicas existentes, bem como pela sua composição, isto é, através da distribuição pelo número de pessoas que a compõe.

Em 2001, as famílias clássicas portuguesas são compostas, em média, por cerca de três pessoas. Este valor resulta dos valores mais elevados das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com uma média de 3,3 pessoas por família, para ambas, e dos valores mais baixos de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, com 2,6 pessoas, em média, por família. Em 1991, a dimensão média das famílias clássicas ultrapassa ligeiramente as três pessoas por família.

Se observarmos a composição das famílias clássicas segundo o número de pessoas, verificamos que, em Portugal, as famílias com duas pessoas são as mais representativas em ambos os momentos censitários, seguidas das constituídas por três pessoas. Em 2001, do total de famílias clássicas residentes, 17,3% dizem respeito a famílias com uma pessoa, 28,4% a famílias com duas pessoas, 25,2% a famílias com três pessoas, 19,7% a famílias com quatro pessoas e 9,5% a famílias com cinco ou mais pessoas.

Em 1991, as famílias compostas por uma só pessoa ou unipessoais são as menos representativas, enquanto que, em 2001, passam a ser as famílias mais numerosas (cinco ou mais pessoas) a ocupar essa posição. Esta situação reflecte, por um lado, o acréscimo significativo das famílias menos numerosas, sobretudo de uma pessoa (44,9%), seguido das famílias com duas pessoas (29,9%), entre os dois momentos censitários; e, por outro lado, o acentuado decréscimo das famílias mais numerosas, com cinco ou mais indivíduos, cuja variação é de cerca de -29%, entre os dois recenseamentos.

A estrutura familiar composta por duas pessoas é maioritária em todas as regiões do País, com valores entre os 22,3% da Região Autónoma dos Açores e os 32,2% do Alentejo, com excepção,

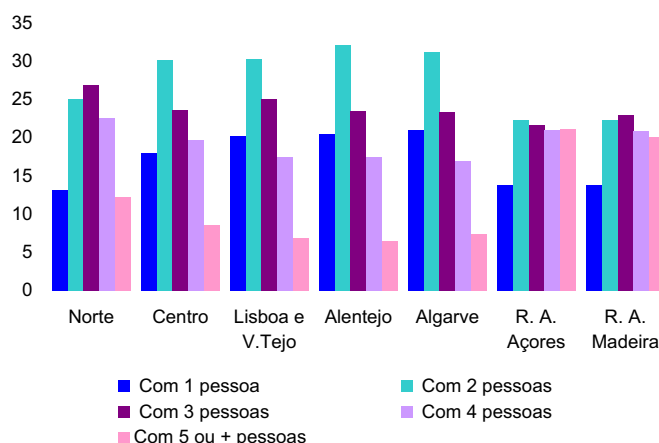
do Norte e da Região Autónoma da Madeira, onde assume maior relevância a composição familiar de três pessoas (26,9% e 23,0%, respectivamente).

Observando as composições familiares extremas, ou seja, as compostas por uma só pessoa e por cinco ou mais pessoas, verifica-se um registo mais significativo das famílias constituídas por uma pessoa nas regiões do Algarve, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo (com proporções à volta dos 20% do total das famílias clássicas daquelas regiões), enquanto as famílias com cinco ou mais pessoas são mais frequentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (igualmente representando cerca de 20% do total das famílias destas regiões).

A redução da dimensão da família, nomeadamente das famílias mais numerosas, pode ser observada em todas as NUTS II: de 1991 para 2001, as famílias com cinco ou mais pessoas diminuem entre 18,5% nos Açores e 31,2% no Norte; as famílias com quatro pessoas, sofrem igualmente um decréscimo de cerca de 6% nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, com aumentos nas restantes regiões. Esta situação é contrabalançada com fortes aumentos intercensitários das famílias unipessoais em todas as regiões do País, variando entre os 63,4% no Algarve e os 34,1% do Centro.

Figura 4

Distribuição percentual das famílias clássicas segundo a sua dimensão, NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Famílias institucionais

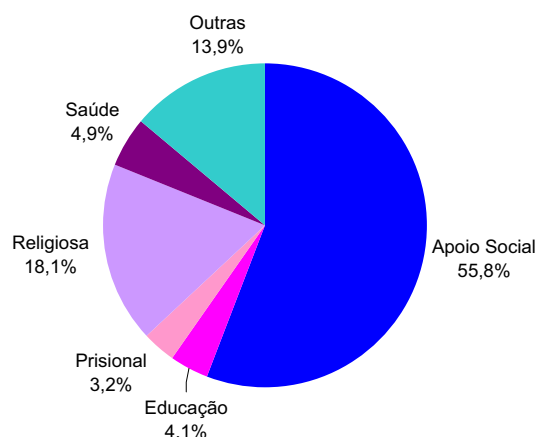
Em Portugal, as famílias institucionais têm um peso pouco significativo, representando em 2001 apenas 0,1% do total das famílias portuguesas (cerca de 3 900 famílias). Entende-se por família institucional o conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

As famílias institucionais aumentam 61,5% entre os dois últimos censos. Os aumentos são mais significativos no Algarve (147,2%) e em Lisboa e Vale do Tejo (74,8%), registando-se o menor acréscimo na Região Autónoma da Madeira (15,3%). Estes valores devem, no entanto, ser observados com alguma precaução porque os efectivos em análise são muito reduzidos.

Em 2001, a maioria das famílias institucionais reside em alojamentos colectivos de apoio social (55,8%), de carácter religioso (18,1%) ou de outro tipo (13,9%).

Figura 5

Distribuição percentual das famílias institucionais por tipo de alojamento colectivo, Portugal, 2001

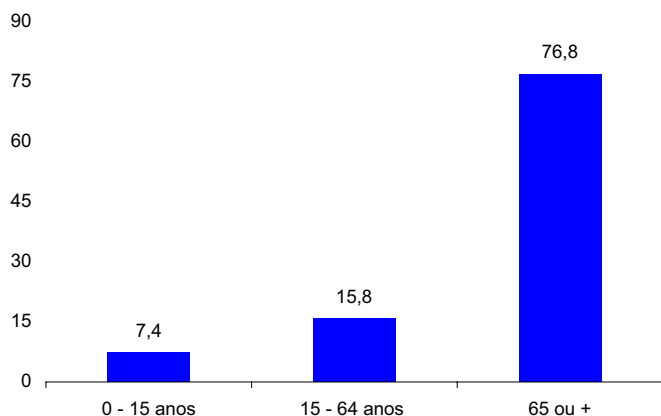


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Dos cerca de 100 600 indivíduos a viver em famílias institucionais em Portugal, a grande maioria (65,5%) reside em convivências de apoio social, que engloba instituições como os lares de idosos, asilos e orfanatos. Apontando no mesmo sentido, verifica-se que são sobretudo os idosos, ou seja, os indivíduos com 65 ou mais anos, que vivem em famílias institucionais e especificamente, em alojamentos do tipo apoio

Figura 6

Distribuição percentual dos indivíduos a viver em convivências de apoio social, por grupos de idade, Portugal, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

social. O envelhecimento é assim para muitos idosos vivido de um modo institucionalizado, fora da sua família clássica.

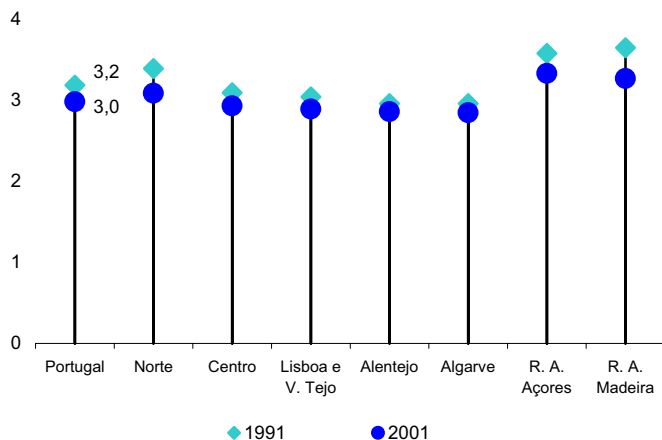
Núcleos familiares

Para além das famílias clássicas, é possível quantificar e caracterizar os núcleos familiares. O núcleo familiar refere-se ao conjunto dos indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe uma relação do tipo: casal com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casado(s) e avô ou avó com neto(s) não casado(s).

Em Portugal este tipo de núcleos é frequente, uma vez que 92,3% dos indivíduos que vivem em famílias clássicas formam núcleos familiares. A diferença refere-se aos núcleos com uma só pessoa, só com pessoas aparentadas e a pessoas aparentadas e/ou não aparentadas, cujo parentesco não está incluído no conceito acima exposto.

Figura 7

Dimensão média dos núcleos familiares, Portugal e NUTS II, 1991 e 2001



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População (Censos 1991 e 2001)

A dimensão média dos núcleos familiares, ou seja, o número de indivíduos que existem, em média, em cada núcleo familiar, apresenta um valor ligeiramente superior ao da dimensão média da família clássica, fixando-se em três pessoas, em média, por núcleo, em 2001. Esta média, e à semelhança do indicador equivalente para a família clássica, é ligeiramente superior no Norte (3,1 pessoas por núcleo) e nas regiões autónomas (3,3 pessoas por núcleo, para ambas as regiões). Nas restantes regiões o valor é de 2,9 pessoas, em média, por núcleo familiar. Este indicador baixa ligeiramente de 1991 para 2001.

Dos 3 069 745 núcleos familiares recenseados em 2001, as maiores proporções localizam-se no Norte e em Lisboa e Vale do Tejo: 35,2% e 33,8%, respectivamente. As restantes regiões apresentam proporções bastante inferiores, pertencendo a mais baixa à Região Autónoma dos Açores (2,1%), evidenciando esta distribuição uma estrutura muito semelhante à verificada para as famílias clássicas residentes.

A grande maioria dos indivíduos que vivem em famílias clássicas pertencem a famílias com apenas um núcleo familiar. Em Portugal, e em 2001, 92,4% dos indivíduos encontram-se nesta situação, 7,1% vivem em famílias com dois núcleos e apenas 0,4% vivem em famílias com três ou mais núcleos. Esta distribuição verifica-se em todas as regiões, sendo de realçar que as proporções de indivíduos que pertencem a famílias com mais de um núcleo são mais elevadas nas regiões autónomas: 12,2% dos indivíduos em famílias clássicas dos Açores e 13,8% dos da Madeira vivem em famílias com dois núcleos e 1,4% e 1,9%, respectivamente, pertenciam a famílias com três ou mais núcleos.

Representante da família clássica

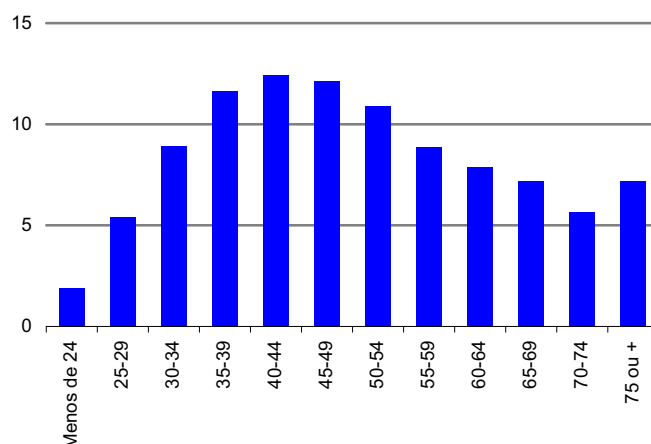
O representante da família refere-se a um dos membros da família que é designado pelos restantes como tal e reside no alojamento, sendo maior de idade, sempre que possível, e, preferencialmente, seja o titular do alojamento.

A maioria das famílias clássicas (77,0%) tem como representante um homem e apenas 23,0% tem como representante uma mulher. Esta situação é comum a todas as regiões. A diferença tende porém a esbater-se: em 1991 essa relação é de 80,1% de representantes homens e 19,9% de representantes mulheres. Parece continuar, assim, a verificar-se, hoje, a estratégia tradicional, em que o homem é o principal responsável em assegurar o sustento da família, e por isso a representa.

Em Portugal, bem como na generalidade das NUTS II, o representante da família tem entre 40 a 44 anos. Esta realidade pode ser observada quer em 1991, quer em 2001. O grupo etário a seguir com o valor mais elevado é o dos 45 a 49 anos, em 2001, e o dos 35 a 39 anos, em 1991.

Figura 8

Distribuição percentual das pessoas a viver em família clássica segundo o grupo etário do representante da família, Portugal, 2001



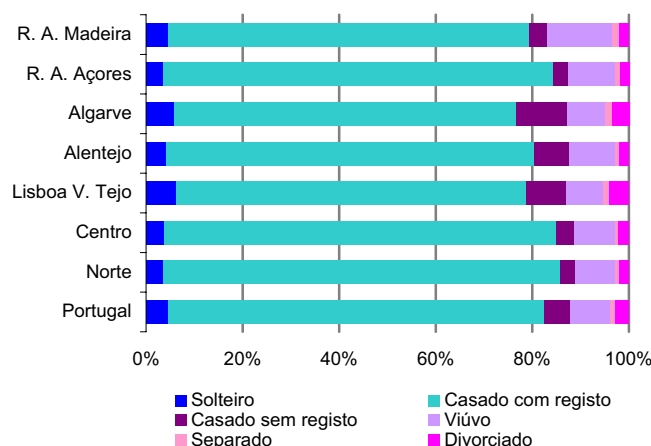
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

De assinalar que, quando se analisam as proporções de pessoas a viver em famílias clássicas cujo representante é um idoso, ou seja, tem 65 ou mais anos, essa classe etária passa a ter uma importância relativa muito significativa, quer para Portugal, quer para as várias regiões. Em 2001, 20,0% dos representantes das famílias clássicas são idosos, sendo essa percentagem mais elevada no Alentejo (26,9%) e mais baixa na Região Autónoma dos Açores (17,5%).

A maioria dos representantes das famílias clássicas são casados. Segundo o último censo, 77,9% dos representantes das famílias são casados com registo, 8,4% são viúvos e 5,4% estão casados sem registo. Os restantes estados civis apresentam valores inferiores. Desagregando esta informação por NUTS II, verifica-se que se mantém o estado civil de casado com registo como tendo as proporções mais elevadas, seguido da viuvez, com excepção das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, em que os casados sem registo ocupam a segunda posição. É sobretudo a Sul do País que se pode encontrar uma atitude de maior informalidade perante a conjugalidade, reflectida em vários indicadores demográficos, nomeadamente nas elevadas proporções de indivíduos a viver em união de facto¹ e de divorciados².

Figura 9

Distribuição percentual das pessoas a viver em família clássica segundo o estado civil do representante da família, Portugal e NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Tipos de família

Como referido anteriormente, em Portugal predomina a existência de famílias clássicas com um único núcleo, seguida das famílias sem núcleos e com dois núcleos. O valor mais baixo pertence às famílias com três ou mais núcleos.

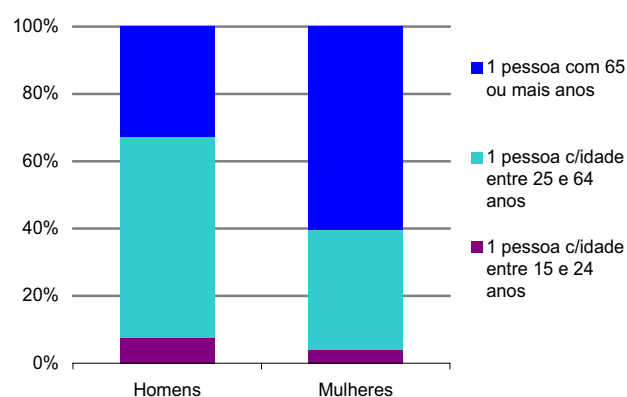
Famílias unipessoais

Das famílias sem núcleos há que realçar a situação das famílias unipessoais, ou seja, das famílias com uma só pessoa (correspondem a 90,3% das famílias sem núcleos). Chama-se a atenção para o facto do número de famílias unipessoais não ser equivalente ao número de pessoas que vivem sós³. Este último obtém-se cruzando o número de pessoas em famílias unipessoais e a residir em alojamentos de uma só pessoa.

Em 2001, as famílias unipessoais representam, em Portugal, 17,3% do total de famílias (13,8% em 1991). Face a 1991, este tipo de família é o que regista o maior acréscimo (cerca de 45%). O aumento da proporção de famílias unipessoais ocorre em todas as regiões.

Figura 10

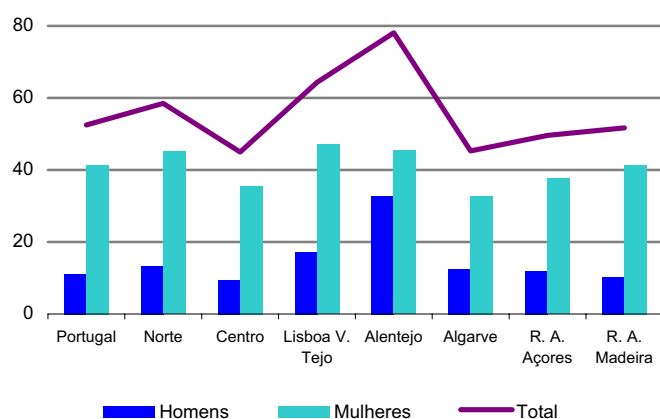
Distribuição percentual das famílias unipessoais segundo o escalão etário e sexo, Portugal, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Figura 11

Famílias unipessoais de idosos por sexo (% no total de famílias unipessoais), Portugal e NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

São sobretudo as mulheres que vivem em famílias unipessoais: 65,4% de mulheres, contra 34,6% de homens. Por outro lado, cerca de metade das famílias unipessoais são compostas por um idoso (50,8%), destacando-se de entre estas as famílias de uma idosa (39,5%, contra 11,3% famílias unipessoais de um idoso masculino).

Em 1991, as proporções de famílias unipessoais de idosos e, em concreto, de uma idosa são ligeiramente superiores: cerca de 56% das famílias são unipessoais, e destas, 43,4% são compostas por uma idosa e 12,1% por um idoso masculino.

A desagregação desta informação por NUTS II revela que pertence ao Alentejo a maior proporção de famílias unipessoais de idosos (78,1% das famílias unipessoais), seguido de Lisboa e Vale do Tejo (64,3%). No Centro, Algarve e nos Açores a proporção de famílias unipessoais de idosos é ligeiramente inferior, não atingindo os 50% (45,0%, 45,3% e 49,6%, respectivamente).

Em Portugal, e em todas as regiões, as proporções de famílias unipessoais de idosas são substancialmente superiores às de idosos (masculinos). Com excepção do Alentejo, em

todas as NUTS II as proporções de famílias unipessoais de idosas duplicam ou mesmo triplicam o valor das famílias unipessoais de um idoso. O elevado celibato definitivo feminino e a sobremortalidade masculina são alguns factores explicativos das diferentes formas de vivência familiar por género.

Famílias com e sem idosos

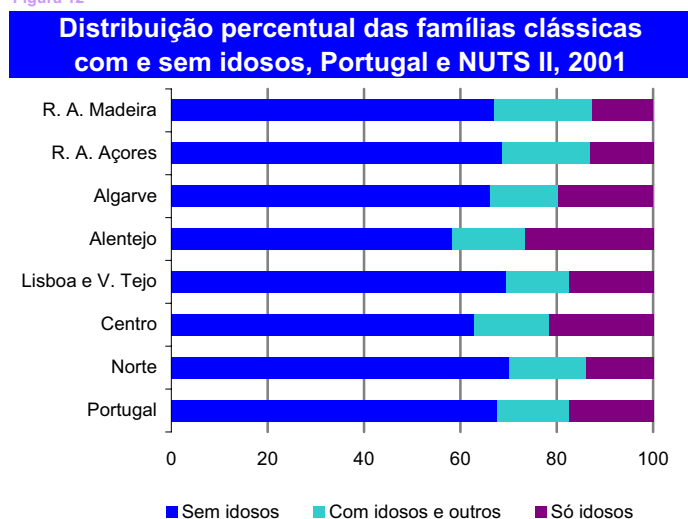
Uma vez que nem todos os idosos vivem em famílias unipessoais, torna-se igualmente interessante caracterizar as famílias sem idosos, com idosos e outros, e só de idosos.

Em Portugal, a maioria das famílias clássicas não tem pessoas idosas (67,7% em 2001 e 69,2% em 1991). Por outro lado, 14,9% daquelas famílias são constituídas por idosos e outros e 17,4% só por idosos (15,8% e 14,9%, respectivamente, em 1991).

Pertencem às regiões autónomas as maiores proporções de famílias com idosos e outros (proporção no total de famílias clássicas por NUTS II), nos dois momentos censitários (18,2% nos Açores e 20,5% na Madeira, em 2001), e ao Alentejo e Centro as maiores proporções de famílias só com idosos, quer em 1991, quer em 2001 (26,6% e 21,7%, respectivamente naquelas regiões e em 2001), situação provavelmente associada ao envelhecimento mais acentuado das suas populações.

A maioria das famílias constituídas só por idosos tem apenas um idoso, ou seja, são famílias unipessoais, o que confirma a análise anterior. Esta situação pode ser encontrada em praticamente todas as NUTS II (correspondendo a mais de 50% dos casos), com excepção do Centro e do Algarve em que as maiores proporções pertencem às famílias com dois idosos. A percentagem de famílias só de idosos com três membros é residual.

Figura 12



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Entre 1991 e 2001 aumentam particularmente as famílias clássicas só de idosos, com uma variação positiva de 35,3%, face ao acréscimo de 9,1% nas famílias com idosos e outros. O aumento das famílias só de idosos é mais significativo no Norte e em Lisboa e Vale do Tejo (41,0% e 42,6%, respectivamente); igualmente no Norte e no Algarve registam-se os maiores aumentos de famílias com idosos e outros, embora com variações menores que no tipo anterior (13,8% e 9,5%, respectivamente).

Famílias com pessoas deficientes

Os *Censos 2001* apuram pela primeira vez ⁴ as pessoas com deficiência residentes em Portugal, a viver em famílias clássicas e em famílias institucionais. Assim, e segundo aquele recenseamento, em cerca de 14% das famílias clássicas portuguesas existe pelo menos uma pessoa com deficiência. A percentagem sobe para

Quadro 2

População residente, famílias clássicas e famílias institucionais, com e sem pessoas com deficiência, Portugal e NUTS II, 2001

NUTS II	População residente		Famílias clássicas		Famílias institucionais	
	Pessoas sem deficiência	Pessoas com deficiência	sem deficientes	com deficientes	sem deficientes	com deficientes
Portugal	9 720 058	636 059	3 136 155	514 602	1 285	2 591
Norte	3 468 738	218 555	1 033 640	176 991	290	669
Centro	1 662 376	119 802	544 340	96 384	198	511
Lisboa e Vale do Tejo	3 249 953	218 948	1 123 931	178 511	526	1 019
Alentejo	502 849	32 904	175 961	26 296	106	211
Algarve	371 665	23 553	130 098	19 140	53	78
R. Autónoma dos Açores	231 449	10 314	63 756	8 090	68	49
R. Autónoma da Madeira	233 028	11 983	64 429	9 190	44	54

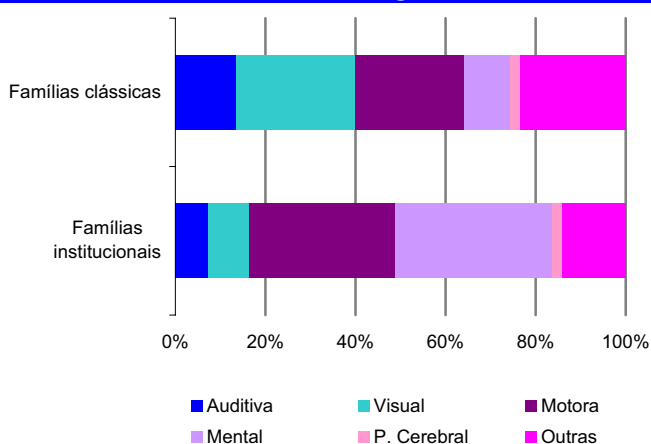
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

66,8% se considerarmos as famílias institucionais, ou seja, em cerca de 67% das famílias institucionais existe pelo menos um membro com deficiência.

A distribuição da proporção das famílias clássicas com pessoas com deficiência por NUTS II revela que, as proporções mais elevadas pertencem ao Centro e ao Norte (14,6 e 15,0%, respectivamente) e as mais baixas às regiões autónomas (11,3% nos Açores e 12,5% na Madeira). A mesma análise para as famílias institucionais confirma a anterior hierarquia de NUTS II, pertencendo ao Centro e Norte as maiores proporções de pessoas com deficiência em famílias institucionais (72,1% e 69,8%, respectivamente) e às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as menores (41,9% e 55,1%, respectivamente).

Figura 13

Distribuição percentual das pessoas com deficiência a viver em famílias clássicas e em famílias institucionais, segundo o tipo de deficiência, Portugal, 2001



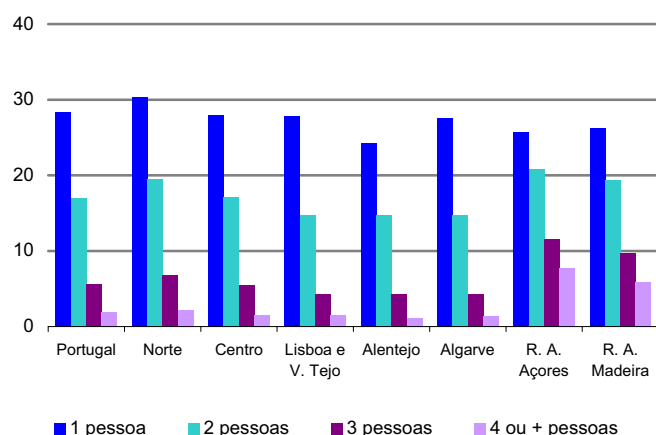
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Das pessoas com deficiência a viver em famílias clássicas a maior importância relativa é portadora de deficiência visual, seguida da motora e de outras deficiências (26,5%, 24,2% e 23,4%, respectivamente). Esta distribuição reflecte a observada para o total da população com deficiência, uma vez que representa a maioria da população a viver em famílias (cerca de 96%).

O peso relativo das pessoas com deficiência mental e motora é bastante superior em famílias institucionais, o que se deve em parte à natureza destes tipos de deficiência. Acresce que as pessoas portadoras de deficiência motora apresentam uma estrutura etária bastante envelhecida, e com maior necessidade de cuidados institucionais ⁵.

Figura 14

Proporção de famílias clássicas com pessoas a cargo segundo o número (% no total de famílias clássicas), Portugal e NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Famílias com pessoas a cargo

Os *Censos 2001* publicam pela primeira vez apuramentos específicos sobre as pessoas a cargo das famílias clássicas. Pelo número de pessoas a cargo da família pretende conhecer-se o número de indivíduos residentes numa família clássica cujo principal meio de subsistência (meio de vida) provém de familiares com quem residem. Incluem-se nesta situação, por exemplo, a dona de casa que só trabalha no lar, filhos menores ou que não trabalhem, quer sejam ou não estudantes, idosos que não recebem pensão nem têm outra fonte de rendimentos, entre outros.

Uma elevada percentagem de famílias clássicas não tem nenhuma pessoa a cargo (47,3%), 28,3% têm uma pessoa a cargo, 16,9% têm duas pessoas a cargo, 5,5% têm três pessoas, e 1,9% têm quatro ou mais pessoas a cargo. As famílias clássicas das

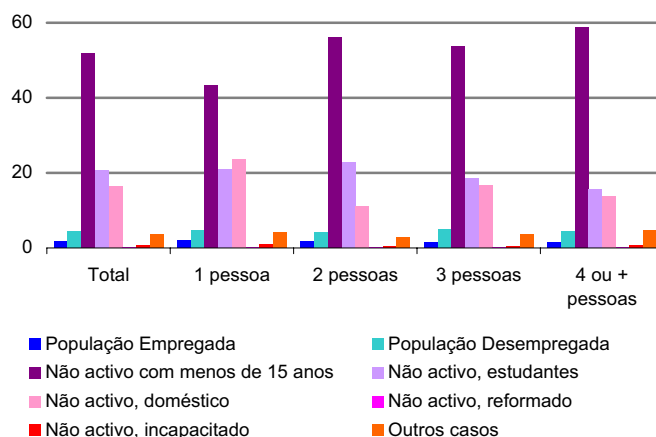
regiões autónomas são as que apresentam as maiores proporções de pessoas a cargo: 65,7% das famílias clássicas dos Açores têm pessoas a cargo; na Madeira essa proporção é de 61,2%. Esta situação pode em parte ser explicada pelo facto de nas regiões autónomas a dimensão da família ser mais elevada.

Das famílias com uma pessoa a cargo, a maior proporção pertence às famílias do Norte (30,2%), seguidas das do Centro (28,0%); a maior proporção de famílias com duas pessoas a cargo pertence aos Açores (20,8%) e ao Norte e Madeira (ambos com 19,4%); as famílias com três pessoas a cargo encontram-se sobretudo nas regiões autónomas (11,5% nos Açores e 9,7% na Madeira); e, as famílias com quatro ou mais pessoas a cargo apresentam as maiores percentagens igualmente nos Açores e na Madeira (7,7% e 5,9%, respectivamente).

Analisando a condição perante o trabalho das pessoas a cargo da família, é possível verificar que as maiores proporções referem-se aos não activos com menos de 15 anos, que em termos totais representam 51,8% das pessoas a cargo, aos estudantes com 15 ou mais anos (20,8%), seguidos dos domésticos (16,5%). A repartição pelo número de pessoas a cargo, confirma a anterior hierarquia de condições: a proporção de não activos com menos de 15 anos aumenta à medida que as famílias têm maior número de pessoas a cargo (com excepção das famílias com três pessoas a cargo, cuja proporção é ligeiramente inferior à verificada no caso das famílias com duas pessoas a cargo); por outro lado, é nas famílias com uma pessoa a cargo que se verifica a maior proporção de não activos domésticos (correspondendo a 23,6% das famílias com uma pessoa a cargo).

Figura 15

Distribuição percentual das pessoas a cargo em famílias clássicas por condição perante a actividade económica, Portugal, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

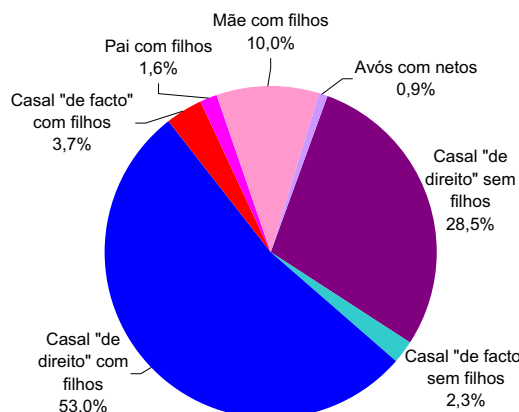
Núcleos familiares por tipo de núcleo

Se observarmos a totalidade dos núcleos familiares segundo o tipo verifica-se que o tipo de núcleo com maior proporção é o de casal de direito com e sem filhos, seguido do núcleo de mãe com filhos.

Entre 1991 e 2001, aumentam praticamente todos os tipos de núcleos familiares, com excepção dos núcleos de avós com netos (ambos) e avô com netos. Os núcleos monoparentais, e particularmente os de mães com filhos, são os que registam os maiores acréscimos.

Figura 16

Distribuição percentual dos núcleos familiares por tipo de núcleo, Portugal, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

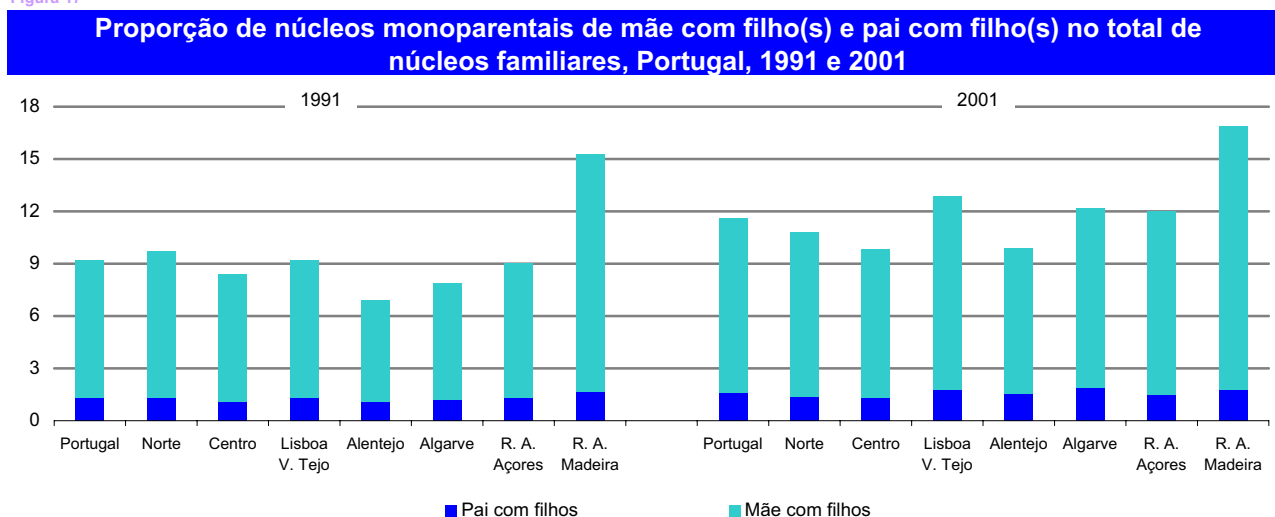
Núcleos familiares monoparentais

Os núcleos monoparentais, constituídos por mãe com filho(s) ou pai com filho(s), registam uma variação positiva relativamente a 1991, no País (39,2%) e em todas as regiões, com destaque para os aumentos mais significativos do Algarve (80,1%) e Lisboa e Vale do Tejo (52,0%).

Desagregando os núcleos familiares monoparentais em mãe com filho(s) e pai com filho(s), verifica-se que o aumento é ligeiramente maior no caso de os de mãe com filho(s) (39,5% e 37,5% no caso das famílias monoparentais de pai com filhos). As variações intercensitárias deste tipo de núcleos são positivas em todas as NUTS II, para ambas as situações, sendo superiores no Algarve e em Lisboa e Vale do Tejo: no caso do núcleo monoparental de mãe com filho(s) as variações são de 79,8% no Algarve e 52,6% em Lisboa e Vale do Tejo; no caso dos núcleos monoparentais de pai com filho(s) as variações são de 81,7% e 48,4%, respectivamente naquelas regiões.

Apesar destas variações, os núcleos monoparentais de mãe com filho(s) continuam a apresentar uma proporção superior aos de pai com filho(s) (10,0% contra 1,6%, respectivamente, do total dos núcleos, em 2001). Esta

Figura 17



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População (Censos 1991 e 2001)

diferença entre os sexos deve-se em parte à atribuição da custódia dos filhos à mulher após uma separação ou divórcio ou a seguir a um nascimento fora do casamento sem coabitação.

Em 2001, as proporções de núcleos monoparentais são mais elevadas, no caso dos de mãe com filho(s), na Madeira (15,1%) e em Lisboa e Vale do Tejo (11,1%), e mais baixas no Alentejo (8,3%) e no Centro (8,5%); no caso dos núcleos monoparentais de pai com filho(s) é no Algarve (1,9%), Lisboa e Vale do Tejo e na Madeira (ambos com 1,8%) que a proporção é mais elevada.

Núcleos familiares avoengos

Os núcleos familiares de avós com netos têm uma expressão pouco significativa no total dos núcleos: 0,5% dos núcleos são do tipo avós (ambos) com netos, 0,4% de avós (mulheres) com netos e a proporção de avós com netos é quase nula.

Face a 1991, os núcleos de avós (ambos) com netos e avô com netos registam uma variação negativa (-14,6% e -10,3%, respectivamente), enquanto os de avó com netos observam uma variação ligeiramente positiva (0,4%).

A taxa de variação dos núcleos *avoengos* no período intercensitário não é idêntica em todas as regiões, registando-se variações positivas em algumas. No entanto, o número reduzido associado àqueles núcleos não aconselha o aprofundar da análise.

Núcleos familiares conjugais (casais com e sem filhos)

Em 1991 e 2001, os núcleos familiares conjugais com filhos representam mais de 60% do total de núcleos familiares de casais (67,8% em 1991 e 64,8% em 2001). Os valores mais elevados pertencem às regiões autónomas (72,0% nos Açores e 73,2% na Madeira) e os mais baixos ao Alentejo e ao Algarve (58,4% e 58,5%, respectivamente), onde consequentemente, as proporções de casais sem filhos são ligeiramente superiores.

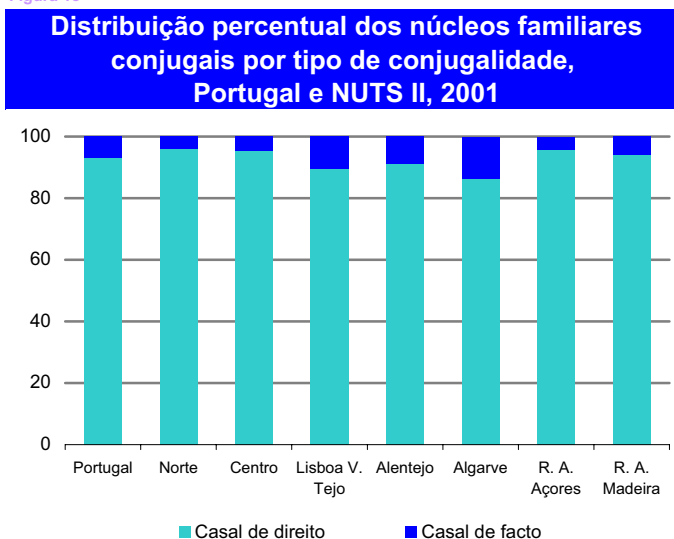
Apesar da proporção de núcleos familiares com filhos ter diminuído 3,1 pontos percentuais, face a 1991, aumentando consequentemente a proporção de casais sem filhos, a taxa de variação 1991-2001 daquele tipo de núcleos é positiva. Entre os dois momentos censitários, os núcleos familiares de casais com filhos apresentam um ligeiro acréscimo de 3,4%, sendo de salientar o aumento mais significativo de casais sem filhos (18,8%).

No caso dos casais sem filhos, apenas o Alentejo regista uma variação negativa face a 1991 (-1,7%), sendo que as restantes regiões observam variações positivas, com oscilações entre o valor bastante mais elevado do Norte (32,0%) e o valor positivo mais baixo da Região Autónoma dos Açores (4,9%). No que se refere aos casais com filhos, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo cujas variações são negativas face a 1991 (-2,2% e -5,2%, respectivamente), as outras regiões registam variações positivas, mais altas no caso do Norte e Algarve (ambas com 9,2%) e mais baixas na Região Autónoma da Madeira (2,2%) e no Centro (3,4%).

Os resultados dos *Censos 2001* permitem ainda distinguir os casais segundo o tipo de conjugalidade: “de direito” e “de facto”. Os primeiros são casados com registo e os segundos sem registo ou vivem em união de facto. A maioria dos casais portugueses são casados com registo (93,1%) e apenas 6,9% vivem em união de facto. Se as maiores proporções de casais casados legalmente pertencem às regiões mais a Norte do Continente e às regiões autónomas (96,1% no Norte, 95,5% no Centro, 95,9% nos Açores e 94,2% na Madeira), é sobretudo a Sul que se encontra uma atitude mais informal perante a conjugalidade, com as proporções mais elevadas de casais em união de facto (13,5% no Algarve, 10,6% em Lisboa e Vale do Tejo e 8,8% no Alentejo).

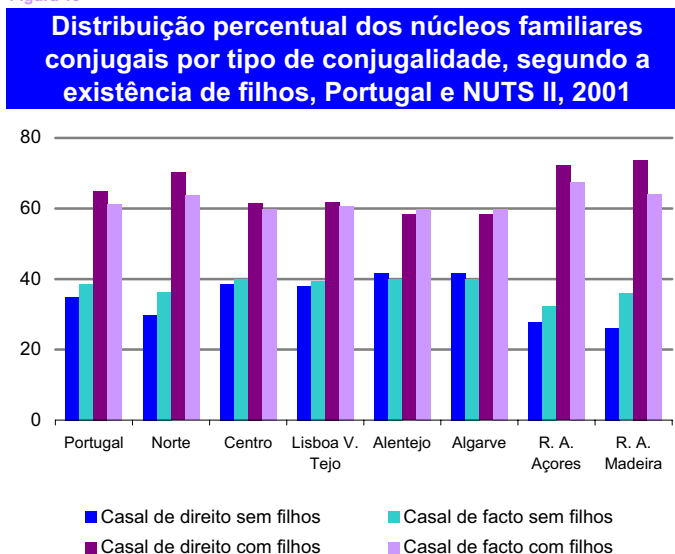
Independentemente do tipo de conjugalidade, a maioria dos casais portugueses têm filhos. Essa percentagem é, no entanto, ligeiramente superior nos casais de direito. Em 2001, 65,0% dos casais de direito têm filhos, sendo essa proporção de 61,3%, no caso dos casais de facto. Observando a distribuição por regiões, verifica-se que pertencem simultaneamente ao Alentejo e ao Algarve as maiores proporções de casais de direito sem filhos e de casais de facto sem filhos (valores superiores a 40%, nas duas situações). Pelo contrário, as proporções mais elevadas de casais com filhos, de ambos os tipos de conjugalidade, encontram-se nas regiões autónomas (valores entre cerca de 64% e 74%).

Figura 18



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Figura 19



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

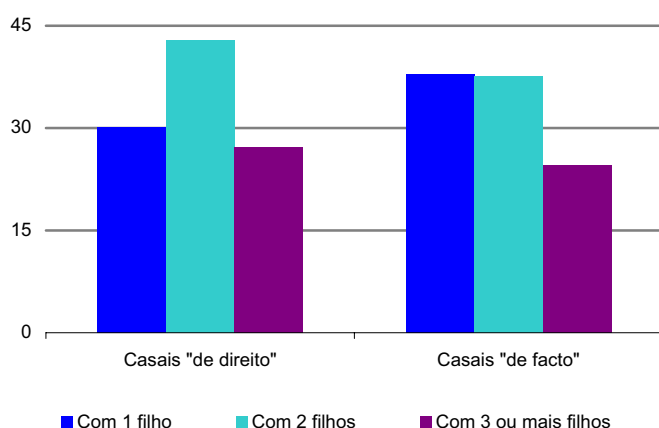
Núcleos familiares reconstituídos

Os *Censos 2001* incluem, igualmente pela primeira vez, os núcleos familiares reconstituídos. Entende-se por núcleo familiar reconstituído o núcleo constituído por um casal “de direito” ou “de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adoptado, apenas de um dos membros do casal, ou seja fruto de uma relação conjugal anterior.

Do total de núcleos familiares conjugais com filhos, 2,7% são núcleos familiares reconstituídos. As percentagens mais elevadas pertencem ao Sul do País, particularmente no Algarve, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo (5,1%, 4,0% e 3,5%), por oposição aos menores valores do Norte e Centro (1,5% e 2,2%, respectivamente).

Figura 20

Distribuição percentual dos núcleos familiares reconstituídos pelo número de filhos e tipo de conjugalidade, Portugal, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

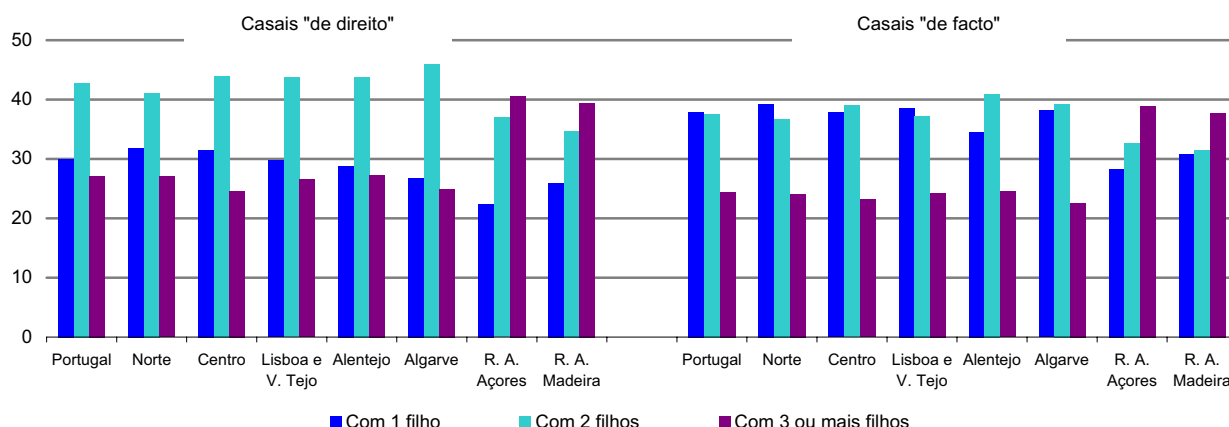
Os casais de direito reconstituídos têm, em média, mais filhos do que os de facto: 2,1 filhos em média, contra 2,0, no caso dos casais de facto. A média é semelhante em todas as NUTS II, embora nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira seja ligeiramente mais elevada, nos dois tipos de núcleos conjugais (2,5 e 2,4 filhos, em média, no caso dos casais de direito reconstituídos respectivamente dos Açores e da Madeira; 2,4 e 2,3 filhos em média no que se refere aos casais de facto reconstituídos respectivamente daquelas regiões). A média mais baixa pertence aos casais de facto reconstituídos do Algarve com 1,9 filhos.

A distribuição percentual do número de filhos para cada tipo de núcleo conjugal reconstituído permite verificar que a proporção de casais “com um só filho” é ligeiramente mais elevada

no caso dos casais de facto (37,9% face a 30,0% nos casais de direito); por outro lado, as situações de “com dois filhos” e “com três ou mais filhos” apresentam maiores proporções nos casais de direito (42,8% e 37,6%, nos casais de direito e de facto, respectivamente, na situação de “com dois filhos”; 27,1% e 24,5%, respectivamente, na situação de “com três ou mais filhos”). A diferença entre os dois tipos de casais é mais significativa na situação de “com dois filhos” (mais 5,3 pontos percentuais a favor dos casais de direito).

Figura 21

Distribuição percentual dos núcleos familiares reconstituídos pelo número de filhos e tipo de conjugalidade, Portugal e NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

A nível regional, e no que se refere aos casais de direito reconstituídos, as maiores proporções pertencem à situação de “com dois filhos”, com excepção das regiões autónomas que apresentam valores superiores na situação de “com três ou mais filhos”. No que diz respeito à situação dos casais de facto reconstituídos, as proporções mais elevadas referem-se à situação de “com um filho” no Norte e Lisboa e Vale do Tejo (cerca de 39% em ambas), “com dois filhos” no Centro, Alentejo e Algarve (aproximadamente entre 39% e 41%) e “com três ou mais filhos” nas regiões autónomas (38,9% nos Açores e 37,7% na Madeira).

Conclusão

Em Portugal, os comportamentos familiares conhecem nas últimas décadas rápidas e profundas mudanças. Um pouco mais tarde do que na maioria dos restantes países europeus e de forma muita vezes mais abrupta, as alterações no campo da família são de tal ordem que, hoje, esta apresenta contornos diferentes de há trinta ou quarenta anos atrás. No entanto, a família enquanto valor ocupa um lugar primordial na vida dos indivíduos. Segundo inquéritos recentes a valores nacionais e europeus, a família continua a ser o “aspecto” que mais importância assume na vida do entrevistado, quando comparado com outros factores tais como o trabalho, os amigos e conhecidos, a religião, entre outros.

As principais tendências da família em Portugal são, pois, segundo indicadores recentes, o aumento das famílias clássicas, em parte devido ao incremento significativo das famílias unipessoais e monoparentais, particularmente de mães com filhos; a redução da dimensão da família, com maior representação das famílias com duas ou três pessoas; acréscimo importante das famílias institucionais, sendo a maioria dos seus membros pessoas idosas; e, o aumento significativo das famílias clássicas só de idosos. Por outro lado, os homens continuam a ser os principais representantes da família; verifica-se a maior representação dos núcleos familiares conjugais com filhos, do que sem filhos, embora estes tenham registado um forte aumento; os casais são sobretudo casados com registo, embora seja nas regiões mais a Sul que se encontram as maiores proporções de casais em união de facto; embora em menor proporção, os núcleos conjugais de facto não recusam o projecto procriativo; também é igualmente a Sul do País que se observam as maiores proporções de núcleos conjugais reconstituídos.

Certo é que, o retrato do País quanto à família e conjugalidade não é de toda a uma só cor. Apresenta realidades distintas consoante as regiões, os grupos sociais em análise, com diferentes ritmos e intensidades de evolução, embora globalmente muitos indicadores demográficos tendam a inverter as suas tendências em todas as regiões.

O envelhecimento progressivo da população portuguesa, o aumento da esperança de vida, a queda acentuada da fecundidade, a generalização e o aumento da eficácia da contracepção, o prolongamento do período de estudos dos jovens, a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, a crescente instabilidade das relações conjugais, entre outros factores, permitem explicar as recentes alterações dos comportamentos familiares e conjugais em Portugal.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes, et al. (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, in José M. Leite Viegas e António Firmino da Costa (Org.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

Almeida, Ana Nunes (2002), “Família, Conjugalidade e Procriação: Valores e Papéis”, in J. Vala e M. Villaverde Cabral (eds.), *Valores europeus numa perspectiva comparada*, Lisboa, ICS (a publicar em 2002).

Burguière, André, et al. (1999), *História da Família*, 4º Vol., Lisboa, Terramar.

Instituto Nacional de Estatística (1996), *XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1999), *As Gerações Mais Idosas*, Série de Estudos n.º 83, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2000), *Censos 2001 – Programa Global*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos Portugal, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Lisboa.

Torres, Anália Cardoso (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta.

NOTAS:

¹ Para maior aprofundamento deste assunto, consultar nesta revista o artigo “União de facto em Portugal”.

² Mais informações sobre o representante da família clássica, nomeadamente da sua actividade económica, podem ser consultadas no artigo “Actividade e inactividade económica nas famílias em Portugal”, nesta revista.

³ Consultar o artigo “Quem vive sozinho em Portugal” nesta revista.

⁴ Até 1960, alguns recenseamentos da população apuram o número de cegos e surdos-mudos. No entanto, os resultados dos *Censos 2001* não são directamente comparáveis.

⁵ Consultar o artigo “Enquadramento familiar das pessoas com deficiência” nesta revista.